



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

10/10/2023

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



Contribuição sindical não obrigatória marca debate com ministro do Trabalho

Aprovado no início de outubro na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e agora em análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o projeto que impede sindicatos de exigirem pagamento da contribuição sindical sem a autorização do empregado foi um dos temas debatidos na audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH) com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, nesta segunda-feira (9).

O PL 2.099/2023, do senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), foi aprovado na CAE após o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir pela legalidade da cobrança da contribuição de empregados não filiados a sindicatos em caso de acordo, convenção coletiva ou sentença judicial. O STF também garantiu ao trabalhador o direito de se opor à cobrança, desde que o faça expressamente. Mas o texto que tramita no Senado determina que, mesmo que seja filiado a sindicato, o empregado precisa autorizar a cobrança para que ela ocorra.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), disse que trabalhará para que a CAS construa um texto de consenso, ouvindo empregados e empregadores, pois entende que sindicatos fortes favorecem a economia nacional. De acordo com o senador, a base governista não quer a volta da contribuição compulsória como o antigo imposto sindical, mas entende que o Senado precisa levar em conta a relevância dos sindicatos visando a um maior equilíbrio nas relações trabalhistas.

— Podemos chamar de contribuição negocial ou assistencial, mas definitivamente não somos a favor do imposto sindical. Mas ao mesmo tempo não dá para as entidades não terem nenhuma forma de manter suas estruturas, para que possam ser boas negociadoras. E o diálogo que defendemos não é só com os empregados, é com empregados e empregadores — afirmou Paim.

Segundo Marinho, o governo também não atua a favor da volta do imposto sindical, mas entende que a precarização da representação trabalhista não favorece o país. Disse que conquistas trabalhistas, fruto da luta sindical, precisam ser reconhecidas. E comparou melhorias salariais e das condições de trabalho, que seriam resultados da atuação sindical, a melhorias para quem mora em condomínios, por exemplo. O ministro enfatizou que condôminos não têm a opção de não contribuir em caso de taxas ou cobranças específicas visando a melhoria da infraestrutura, desde que aprovadas em assembleias. Para o ministro, a mesma lógica precisa ser respeitada nas relações trabalhistas.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 10 de outubro.

Senado vai analisar projeto que reduz fila de perícias no INSS

O Senado deverá apreciar o projeto de lei do Executivo que cria um programa para diminuir a fila de espera por perícias no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O PL 4.426/2023 foi aprovado em regime de urgência na quarta-feira (4) no Plenário da Câmara, sob a forma de substitutivo apresentado pelo relator, deputado André Figueiredo (PDT-CE), e encaminhado ao Senado.

Além de instituir o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social (PEFPS), o projeto dispõe sobre a transformação de cargos efetivos vagos do Poder Executivo federal. O texto também concede reajuste salarial para policiais do Distrito Federal e prorroga contratos temporários de pessoal da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), entre outros temas.

Enviado ao Congresso para substituir medida provisória editada em julho sobre o mesmo tema (MP 1.181/2023), o PL 4.426/2023 cria o PEFPS para reduzir o tempo para análise dos processos represados sobre benefícios. Em setembro de 2023, de acordo com o governo, havia 6,4 milhões de requerimentos de benefícios pendentes de diversas análises. O longo período em que as agências da Previdência Social não estiveram em condições de realizar atendimentos presenciais, em razão da pandemia de covid-19, impactou de forma significativa a demanda de perícia médica. Em algumas regiões, a espera por agendamento supera 200 dias. Atualmente há 1.062.802 agendamentos pendentes de perícias presenciais.

Uma das inovações no texto de André Figueiredo é a possibilidade de uso da telemedicina para a perícia.atualizar informações sobre sua diretoria.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 10 de outubro.

Os precatórios na disputa pelo orçamento público

A evolução dos valores dos precatórios —dívidas do governo reconhecidas através de decisões judiciais— ganhou notoriedade em 2021, quando foram aprovadas duas emendas constitucionais que estabeleceram um teto para o pagamento destas dívidas.

O montante que excedesse o limite estabelecido —o valor de 2016 corrigido pela inflação— se acumulariam de 2022 até 2026, quando então a dívida deveria ser quitada. A realização de valores "atípicos" justificaria a moratória temporária destas dívidas.

Em 2022 os valores dos precatórios alcançaram R\$ 90 bilhões. Mas, em 2013, o montante correspondia a pouco mais de R\$ 15 bilhões. O crescimento dos precatórios ao longo do tempo é de fato impressionante: em menos de uma década, o orçamento direcionado a eles tornou-se seis vezes maior. Este crescimento seria mesmo "atípico"? Ou indica uma mudança estrutural na forma através do qual as dívidas estão sendo reconhecidas pela Justiça? O que poderia estar por traz de um aumento tão expressivo destes valores?

Uma hipótese seria aumento de produtividade do judiciário, decorrente do uso de tecnologias e da adoção do trabalho remoto que foram introduzidos na pandemia. Este aumento de produtividade reduziria o estoque de casos à espera de uma decisão, resultando em um crescimento mais expressivo dos valores devidos pela União.

Mas a evolução histórica dos precatórios mostra tendência de crescimento "atípica" mesmo antes de 2022. Em 2019, ano anterior à pandemia, o orçamento destinado aos precatórios chegou próximo de R\$ 45 bilhões, o triplo do valor de 2013. Esta observação sugere espaço para outras explicações no crescimento das decisões judiciais desfavoráveis à União.

Além disto, houve um crescimento considerável de demandas judiciais em tramitação de elevado risco para a União. Os riscos fiscais prováveis são casos no qual a probabilidade de perda por parte da União é alta, ensejando o registro do passivo em balanço, conforme classificação que é feita pela AGU e divulgada pelo Tesouro Nacional.

Entre 2015-2018, os riscos prováveis estavam em torno de R\$ 150 bilhões, mas passaram para R\$ 820 bilhões entre 2019-2022. Como a classificação das demandas judiciais sob risco provável levam em conta tanto a probabilidade de perda quanto a fase processual das ações, abrem-se espaço para explicações que também estão relacionadas à forma como o judiciário interpreta as obrigações que cabem à União.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, Colunista: Cecilia Machado, terça-feira 10 de outubro.

Bancos mantêm projeção de alta do crédito neste ano, mas elevam previsão para 2024, diz Febraban

Uma pesquisa da Febraban mostrou manutenção da estimativa de crescimento de 7,6% da carteira de crédito dos bancos brasileiros neste ano, mas o prognóstico para 2024 passou para expansão de 8,1%, contra 7,9% antes, conforme levantamento divulgado nesta segunda-feira (9).

Foram realizadas entrevistas com 18 bancos entre 27 de setembro e 3 de outubro, segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). A pesquisa é realizada a cada 45 dias, logo após a divulgação da ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

"A estabilidade das projeções reflete a melhora no desempenho do crédito nos últimos meses", disse o diretor de economia, regulação prudencial e riscos da Febraban, Rubens Sardenberg, em comunicado.

"Apesar de continuarmos observando uma desaceleração no ritmo de expansão anual da carteira, os dados têm trazido sinais positivos, como a queda das taxas de juros e a estabilidade da inadimplência", acrescentou.

A projeção de crescimento da carteira de crédito livre passou de 6,3% para 6,4%, enquanto na carteira direcionada, que engloba empréstimos e financiamentos para setores específicos como rural, infraestrutura e imobiliário —por vezes com subsídio do governo— a estimativa de expansão caiu de 9,3% para 9,2%.

Para 2024, a melhora na projeção da carteira total foi puxada por expectativa de maior crescimento da carteira com recursos direcionados, de 6,9% para 7,8%, enquanto a expectativa de elevação da carteira com recursos livres recuou de 8,6% para 8,4%.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 10 de outubro.